



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

017

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0039670-7

APELANTE: Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM

APELADOS: Alzemira Diniz da Silva e outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5526

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL EM MANDANDO DE SEGURANÇA. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. ESTABILIDADE FINANCEIRA. DESVINCULAÇÃO. OFENSA AO DIREITO ADQUIRIDO À ATUALIZAÇÃO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA. INOCORRÊNCIA. 1. Servidores públicos estaduais lotados em Fundação Pública obtiveram reconhecimento judicial de direito à estabilidade financeira. 2. O referido reconhecimento se deu antes das modificações introduzidas pela Lei Complementar Estadual nº 13/1995, que alterou a forma de percepção da estabilidade financeira. 3. Nesse quadro, o entendimento doutrinário e jurisprudencial é no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos. 4. Destarte, é de se concluir pela legitimidade e perfeita aplicabilidade da novel sistemática instituída pela LCE nº 13/1995. 5. Reexame necessário provido para denegar a segurança, prejudicado o apelo voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0039670-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão, em ordem a denegar a segurança.

Recife, 26 de janeiro de 2010. (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



180
9
018

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0039670-7

APELANTE: Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM

APELADOS: Alzemira Diniz da Silva e outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário** e **apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital (fls. 101/108) nos autos do Mandado de Segurança nº 001.1995.030858-8, que **concedeu a segurança aos impetrantes**, ora apelados, servidores públicos estaduais, pleito este consistente na **atualização de suas estabilidades financeiras**, adquiridas pelo exercício de funções gratificadas, de modo a que tais vantagens passem a ser percebidas de acordo com a nova estrutura e com os novos valores trazidos pela Lei Estadual nº 11.200, de 30 de janeiro de 1995, que alterou as denominações, os símbolos e os valores dos cargos em comissão e funções gratificadas da administração pública estadual.

Com efeito, aos impetrantes, ora apelados, foi deferido, por força da **sentença concessiva de segurança**, o alegado direito adquirido à atualização de suas estabilidades financeiras para os símbolos FSG-1, FSG-2, FGG-1 e FAG-2, bem como as diferenças dos valores pagos a menor, até a data da impetração.

Nesta sede **recursal** (fls. 110/127), aduz a fundação apelante, preliminarmente, a ilegitimidade do Presidente da FUSAM para figurar no pólo passivo, porquanto o ato apontado como coator foi praticado pelo Secretário de Administração do Estado, devendo a competência para julgamento do *mandamus* ser deslocada para o Tribunal de Justiça.

Prossegue argumentando que a Lei Complementar Estadual nº 13/95 não assegurou a atualização pretendida pelos apelados, apenas modificou a forma de cálculo do adicional de estabilidade financeira, vedando a vinculação ou equiparação de vencimentos, em conformidade com o dispositivo contido no art. 37, XIII, da Constituição Federal.

Argúi, enfim, que os apelados não têm direito líquido e certo e menos ainda direito adquirido a regime jurídico em face da lei nova (LCE nº 13/1995), conforme entendimento dos Tribunais Superiores.

Em **contra-razões**, os apelados pugnam pela manutenção da sentença, ante a existência de direito adquirido à atualização da parcela de estabilidade financeira, com o conseqüente improvimento do apelo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

019

18
9

O Ministério Público com atuação neste Tribunal opinou, às fls 156/162, pelo improvimento do apelo.

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se o feito em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 19 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0039670-7

APELANTE: Fundação de Saúde Amaury de Medeiros - FUSAM

APELADOS: Alzemira Diniz da Silva e outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antevisto, a apelante busca modificar a sentença recorrida para fazer incidir sobre as estabilidades financeiras dos apelados a aplicação da LCE nº 13/1995, argumentando não possuírem os apelados direito adquirido à sistemática anterior, eis que não há direito adquirido à forma de cálculo de parcela remuneratória.

A citada Lei Complementar Estadual nº 13, de 30 de janeiro de 1995, dispõe em seu art. 6º, o seguinte:

"Art. 6º O adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e inativos constitui-se em parcela autônoma incorporada à remuneração do servidor, devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994.

§ 1º - É vedada a vinculação do adicional de estabilidade financeira ao símbolo, padrão ou ao valor da gratificação ou incentivo do cargo em comissão ou da função gratificada em que se deu a sua concessão.

§ 2º - Após a transformação do adicional de estabilidade financeira em parcelas autônomas e expressa monetariamente, que não poderá importar em decurso de remuneração, salvo erro de cálculo ou reforma de decisão o valor correspondente à mesma será reajustado de acordo com a política de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais.

§ 3º - O adicional de estabilidade financeira considera-se incorporado aos vencimentos do servidor para efeitos de cálculo exclusivamente de:

a) adicional de férias; e

b) gratificação natalina"

Tem-se, portanto, que a questão de fundo versa sobre a existência ou não de direito adquirido à disciplina legal anterior à sistemática estabelecida pela LCE nº 13/1995.



186
021

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL**

É pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da **inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória)** por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos.

Trago à colação, nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Suprema:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

"E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estipêndio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes." (RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

E, na mesma linha, acórdãos lançados em casos oriundos deste Estado de Pernambuco (com foco exatamente na legislação local ora examinada):

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ESTABILIDADE FINANCEIRA. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI QUE DESVINCULA A VANTAGEM DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EM QUE SE DEU A INCORPORAÇÃO, PARA SUJEITÁ-LA AOS CRITÉRIOS DAS REVISÕES GERAIS DO FUNCIONALISMO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. "É legítimo que por lei



022

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Fixada a inexistência de direito adquirido a regime jurídico e à forma de cálculo de vantagem remuneratória por parte dos servidores públicos, é de rigor concluir pela legitimidade e perfeita aplicabilidade da novel sistemática instituída pela LCE nº 13/1995, ao contrário do que sustentam os apelados.

Ante o exposto, sendo certo que a sentença de primeiro grau está em manifesta divergência com a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal e desta Corte de Justiça, **dou provimento** ao reexame necessário, julgando prejudicado o recurso voluntário, em ordem a **denegar a segurança**.

Recife, 28 de maio de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator